

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.733 - RJ (2019/0279059-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **ELIEL SANTOS JACINTHO**
ADVOGADOS : **ELIEL SANTOS JACINTHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ059663**
REGINA RODRIGUES LOPES DE LACERDA PASSOS N DE SOUZA
- RJ108162
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO BERJ S.A**
ADVOGADOS : **MARCELO OLIVEIRA ROCHA - RJ002683A**
NEI CALDERON - RJ002693A
MANON WEBER RODRIGUES - RJ117837
DIOGO OLIVEIRA MUNIZ CALDAS - RJ136624
ANDRÉ MARTINS TOFFANO - RJ162046
INTERES. : **VERA ALBUQUERQUE ALVES**
INTERES. : **MANOEL DE OLIVEIRA ALVES**
ADVOGADO : **ELIEL SANTOS JACINTHO - RJ059663**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **LEONARDO MARTUSCELLI KURY - RJ107958**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. 1. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA NO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 2. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO EM RECURSO PROVIDO. PRECEDENTE. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Eliel Santos Jacintho, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 286):

Apelação cível. Financiamento imobiliário. Saldo contratual quitado. Recusa da instituição bancária em proceder à baixa do ônus real hipotecário, não obstante instada para tanto. Contrato possuidor da cláusula específica de cobertura do FCVS. Contexto probatório evidenciador de que a CEF, administradora do fundo, garantiu o pagamento integral de eventual saldo remanescente. Parte ré que não logrou comprovar a existência de saldo não coberto por tal garantia. Precedentes desta Corte Estadual. Certidão de ônus reais evidenciadora da completa perda de eficácia do ônus real, por

Superior Tribunal de Justiça

ultrapassados mais de trinta (30) anos do seu registro, sem que tenha sido renovado. Exegese dos artigos 238 da Lei n.º 6015/76 e 1.485 do Código Civil. Perempção da hipoteca que se opera sob o regime decadencial. Ônus da sucumbência que, todavia, não devem ter por base de cálculo o elevadíssimo valor da causa, sob pena de flagrante injustiça. Fixação em R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), na forma do que estabelecem os incisos §2º e 8º, do artigo 85 do CPC. Apelo parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o insurgente indica divergência jurisprudencial e violação aos arts. 85, §§ 2º, 8º e 11, 86 e 1.046 do CPC/2015.

Sustenta que os honorários advocatícios deveriam ter sido fixados em observância aos limites de 10% a 20% sobre o valor da causa.

Entende que a verba honorária foi estabelecida em patamar irrisório.

Pretende a fixação de honorários recursais.

Contra-arrazoadado (e-STJ, fls. 350-355), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 357-359), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decidido.

Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fl. 292):

14. No que se refere ao pleito de redução dos honorários sucumbenciais, certamente, a base de cálculo caracterizada em valores da causa extremos, não somente os muito baixos, como também os muito altos, pode conduzir à flagrantes injustiças. Esta é a interpretação teleológica que deve ser concedida ao §8º do artigo 85, do Código de Processo Civil.

15. Sua fixação em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa conduziria à verba sucumbencial de cerca de R\$20.000,00 (vinte mil reais) montante excessivo para o contexto do debate jurídico travado nos autos, segundo o que estabelecem os parâmetros previstos pelo §2º de tal dispositivo legal.

Do exposto, verifica-se que o Colegiado estadual entendeu que os honorários advocatícios deveriam ser estabelecidos de acordo com apreciação equitativa, por considerar que a verba sucumbencial seria excessiva no contexto do debate jurídico realizado.

Esse entendimento, contudo, não se harmoniza com a jurisprudência desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte Superior, firmada no sentido de que o § 8º do art. 85 do CPC/2015 incide apenas quando o valor da causa é muito baixo, ou quando o proveito econômico experimentado é irrisório ou inestimável, o que não se verifica nos autos.

Assim, caberia ao Tribunal local fixar a verba honorária com base no valor da causa e em observância aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Oportunamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CARÊNCIA DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. §§ 3º e 8º DO ARTIGO 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

2. In casu, depreende-se que o Tribunal de origem, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas relacionadas aos percentuais previstos no §3º do artigo 85 do CPC/2015, violou a legislação federal indicada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1736151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 06/11/2018)

Portanto, impõe-se a fixação dos honorários advocatícios em favor do ora

Superior Tribunal de Justiça

recorrente no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

No tocante aos honorários recursais, esclareça-se que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que eles têm cabimento somente no caso de não conhecimento ou improvimento do recurso, situação não verificada nos autos.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. GEAP. REAJUSTE. FUNDAMENTOS DO ARESTO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HONORÁRIOS RECURSAIS EM FAVOR DA PARTE ADVERSA. CABIMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A jurisprudência do STJ é no sentido que a majoração da verba honorária só ocorrerá nos casos de improvimento ou não conhecimento do recurso, em favor da parte adversa. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1432700/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de redimensionar os honorários sucumbenciais, fixando-os no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator